

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS **AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26/05/2021**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1º Quadrimestre de 2021, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro e do segundo bimestres de 2021, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro e no segundo bimestres de 2021.

1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de **R\$ 49.891.882,15**. A receita efetivada no período de janeiro a abril foi de **R\$ 16.890.899,71**, tendo sido arrecadado, portanto, **34%** da meta anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Decreto de Programação Financeira (B)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)	% (C/B)
1 – Receitas Correntes	50.837.891,78	14.943.021,77	17.691.085,66	35%	118%
Receita Tributária	5.661.464,43	1.116.386,90	1.646.641,87	29%	147%
Receita de Contribuições	2.887.377,19	861.197,66	845.200,12	29%	98%
Receita Patrimonial	1.846.477,77	529.991,02	130.122,33	7%	25%
Receita de Serviços	26.421,25	8.245,35	5.719,81	22%	69%
Transferências Correntes	39.897.931,26	12.276.032,96	14.959.228,21	37%	122%
Outras Rec. Correntes	518.219,88	151.167,89	104.173,32	20%	69%
2 – Receitas de Capital	638.048,93	153.179,53	239.194,83	37%	156%
Operações de Crédito	-	-	-	0%	0%
Alienação de Bens	-	-	-	0%	0%
Amort. de Empréstimos	-	-	-	0%	0%
Transfer. De Capital	636.968,93	152.842,78	238.856,00	37%	156%
Outras Rec. De Capital	1.080,00	336,76	338,83	31%	101%
7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	4.774.063,38	1.727.748,23	1.376.150,96	29%	80%
7 – Receitas de Capital - Intraorçamentárias	-	-	-	0%	0%
3 (-) Deduç. da Receita(FUNDEB)	- 6.358.121,94	- 2.023.392,36	- 2.415.531,74	38%	119%
Total da Receita	49.891.882,15	14.800.557,17	16.890.899,71	34%	114%

O total das receitas correntes (liquida) previstas para o período considerado (janeiro a abril), de acordo com a programação financeira, foi de **R\$ 14.943.021,77**. Os valores realizados corresponderam a **R\$ 17.691.085,66**, superando em **18%** a meta estabelecida.

Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas tributárias e as transferências correntes, que figuraram, respectivamente, com **147%** e **122%** do total da receita orçamentária estimada para o período.

Conforme o balancete divulgado, a Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de **R\$ 1.646.641,87**, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de **R\$ 1.116.386,90**, representa uma realização de **147%** da projeção para o período e **29%** do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou **8%** da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso total de **R\$ 1.896.770,35**, tendo sido arrecadados **R\$ 139.717,66**.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual há uma projeção de **R\$ 1.351.434,11** para o ano, acumulou-se uma arrecadação de **R\$ 779.413,16**, **58%** do valor previsto para 2021. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número

de guias de transmissão emitidas, representou um acréscimo de **95%** em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de **R\$ 339.235,43**, o que representa **35%** da previsão de **R\$ 957.937,50**. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implantação de uma política constante de combate à sonegação de impostos bem como a atualização da legislação tributária.

As taxas apresentaram o ingresso de **R\$ 61.402,83**, contra uma projeção de **R\$ 600.054,28**. Arrecadou-se, portanto, **10%** da meta anual.

As receitas de contribuições acumularam no ano, até o mês de abril, o valor **R\$ 845.200,12**, correspondendo a **29%** da previsão anual. (**R\$ 2.887.377,19**)

A receita mais expressiva no grupo das Contribuições é decorrentes da CIP e registrou uma arrecadação de **R\$ 294.610,30**, correspondendo a **37%** da projeção anual.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou **R\$ 3.477.806,39** no período, correspondendo a **40%** da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referentes às transferências aos Estados e Municípios.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de **R\$ 7.131.822,08**, ou seja, **38%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 18.877.844,19**. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município e também ao aumento da atividade econômica no Estado.

As Receitas de Capital alcançaram **37%** do previsto. O desempenho mais expressivo ocorreu nas receitas de transferências de capital, que demonstrou um ingresso de **R\$ 238.856,00** diante do projetado, que é **R\$ 636.968,93**.

2. ANÁLISE DE COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a abril de 2021, apresentou uma execução inferior à receita total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa para o período/receita do período foi de **88%**, demonstrando um superávit na execução orçamentária de **R\$ 2.026.535,50**. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intraorçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até o mês de abril, totalizaram **R\$ 14.864.364,21**, valor equivalente a **96%** da previsão para o período.

O total das despesas correntes realizadas foi de **R\$ 14.511.234,92** correspondendo a **99,60%** da projeção (**R\$ 14.569.825,92**).

As despesas de capital totalizaram **R\$ 353.129,29**, inferior ao valor projetado para o período de **R\$ 927.172,68**.

QUADRO 2 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	R\$ 49.891.882,15	16.890.899,71	34%
Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	50.739.718,23	14.511.234,92	29%
Pessoal e Encargos Sociais	29.256.108,75	9.032.914,00	31%
Juros e Encargos da Dívida	578.500,00	162.182,96	28%
Outras Despesas Correntes	20.905.109,48	5.316.137,96	25%
Despesas de Capital	2.853.879,17	353.129,29	12%
Investimentos	-	-	0%
Inversões Financeiras	-	-	0%
Amortização da Dívida	1.298.623,64	317.679,39	24%
Outras Despesas de Capital	1.555.255,53	35.449,90	2%
Reserva de Contingência	1.926.022,16	-	0%
(2) Despesa Total	55.519.619,56	14.864.364,21	27%
Resultado Orçamentário (1-2)	-R\$ 5.627.737,41	R\$ 2.026.535,50	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		88%	

Observações:

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$ 49.891.882,15
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ -
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ -
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$ 49.891.882,15

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de **R\$ 5.627.737,41** corresponde ao montante de recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram **R\$ 84.365,00**, correspondendo a **67%** do total estimado para o período (**R\$ 126.289,45**). Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de **R\$ 222.773,00**, representaram um desembolso correspondente a **41%** do total programado.

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram **R\$ 3.229.823,82**, o que corresponde a **23,64%** da Receita de Impostos e Transferências.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação a esses recursos. Assim, a perda foi computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de **R\$ 1.211.735,55** o que corresponde a 58,55% dos recursos do referido.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$ 3.319.534,20, o que corresponde a 24,30% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o **atingimento** do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos, evidenciando, assim, a desnecessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Airton Scheffler
Secretário da Fazenda